

## Esclarecimento ao DL n.º108/2007 de 12 de Abril

Tendo sido levantadas dúvidas por algumas associações representativas do sector quanto à interpretação do Artigo 2º “Incidência de taxa” relativa à definição de produtor, importador e outros agentes económicos que introduzam lâmpadas de baixa eficiência energética no território nacional, nomeadamente, no que se refere às obrigações dos comercializadores de marca própria, esclarece-se o seguinte:

O DL 108/2007 não apresenta qualquer definição de produtor ou de importador no contexto da aplicação do próprio diploma. Por outro lado, prevê a existência de outros agentes económicos, não especificamente identificados, como responsáveis pela introdução destes produtos no território nacional.

Acresce que o Decreto-Lei n.º 67/2003, de 8 de Abril, que transpõe para o ordenamento jurídico português a Directiva n.º 1999/44/CE do Parlamento e do Conselho, de 25 de Maio, que tem por objectivo a aproximação das disposições dos Estados Membros da UE sobre certos aspectos da venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, estabelece no seu n.º 4 do artigo 6º que *“considera-se produtor, para efeitos do presente diploma, o fabricante de um bem de consumo, o importador do bem de consumo no território da Comunidade ou qualquer outra pessoa que se apresente como produtor através da indicação do seu nome, marca ou outro sinal identificador do produto.”*

Face à ausência de uma definição específica de produtor ou de importador no diploma que cria a taxa das lâmpadas de baixa eficiência energética, e atendendo ao disposto no Decreto-Lei n.º 67/2003, remete-se a definição de produtor para este último diploma, enquadrando-se os comercializadores de marca própria nessa mesma definição.

Assim e independentemente da via pela qual são introduzidos os produtos de marca própria no território nacional, a responsabilidade pela sua introdução deve ser imputada ao produtor nos termos do Decreto-Lei n.º 67/2003. Consequentemente, serão estes agentes económicos, os responsáveis pela introdução da taxa na cadeia de comercialização destes produtos, ficando igualmente sujeitos a todos os outros deveres previstos no Decreto-Lei n.º 108/2007, nomeadamente os de informação e acerto.

Face a este entendimento, a informação a prestar, prevista no n.º 4 do artigo 6º Decreto-Lei n.º 108/2007, deverá também ser preenchida por estes agentes, através do formulário (Declaração Única) disponibilizado na página da DGEG\* na Internet e remetido a esta Direcção-Geral até 15 de Junho p.f..

\* [www.dgeg.pt](http://www.dgeg.pt)

em

“Lâmpadas de Baixa Eficiência Energética –Taxas”

O Director da DSREI

João Correia Bernardo